

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

222 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 25 a 30 de novembro de 2024

1. COMISSAO EUROPEIA 2024-29 - APROVAÇÃO PELO PARLAMENTO EUROPEU	1
Votação	1
Debate com os Deputados	2
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE - OUTROS DEBATES	5
Apoio militar à Ucrânia perante participação da China e da Coreia do Norte	5
PE pede a repetição de eleições legislativas na Geórgia	5
Orçamento da UE para 2025	6
3. DEFESA - REUNIÃO INFORMAL (DE, FR, PL, IT E UK)	6
4. ROMÉNIA - ELEIÇÕES	7
5. ACORDO UE-MERCOSUL	8
5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Conselho de Educação e Juventude	8
Conselho de Competitividade	9
Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão)	9
6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9
Cooperação interparlamentar	9

1. COMISSÃO EUROPEIA 2024-29 - APROVAÇÃO PELO PARLAMENTO EUROPEU

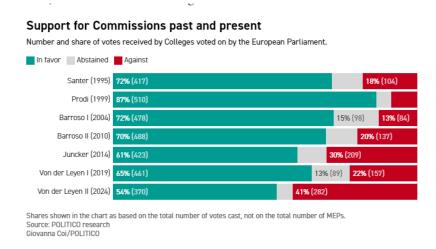
Votação

Em 27 de novembro de 2024, o Parlamento Europeu (PE) deu a sua aprovação à Comissão «von der Leyen II», com 370 votos a favor (um mínimo histórico de menos de 54 % dos 688 votos expressos, de um total de 720 Deputados que compõem o PE), 282 votos contra e 36 abstenções. Para ser confirmado, o Colégio de Comissários teve de obter a maioria dos votos expressos (Regimento do PE, artigo 129.º, n.º 7).

Temos dado nota, nas Sínteses anteriores (e.g. <u>228</u>, <u>219</u>, <u>220</u> e <u>221</u>), do processo de audições **dos Comissários designados no Parlamento Europeu (PE), que decorreram entre os dias 4 a <u>12 de novembro</u>. A <u>Conferência dos Presidentes do Parlamento</u> declarou <u>encerradas as audições</u> e publicou as <u>cartas de avaliação</u> de todos os comissários indigitados em 27 de novembro¹.**

O sentido da votação de cada Deputado estará disponível em breve na <u>página de resultados das votações do</u> <u>Parlamento</u> e na <u>ata da sessão plenária</u>.

O *Politico* apresenta uma infografia dinâmica com os resultados e percentagens das anteriores votações de investidura da Comissão no PE:



Com menos de 54 % dos votos expressos a favor do novo Colégio, e segundo as primeiras análises, a votação destacou as seguintes clivagens entre e dentro dos grupos políticos:

No **Grupo PPE, no Grupo S&D e no Grupo Renew**, os três signatários da declaração de cooperação de que demos nota na Síntese anterior, o apoio variou bastante. No Grupo PPE, as Delegações Espanhola e Eslovena (com exceção de um Deputado) votaram contra. No Grupo S&D, o apoio foi de 66 %, tendo as Delegações Belga, Búlgara, Francesa, Alemã, Húngara, Irlandesa, Luxemburguesa e Eslovena optado por se abster ou votar contra. No Grupo Renew (liberais), o apoio foi de 87%, com as abstenções dos deputados belgas francófonos e os deputados independentes irlandeses.

O **Grupo Verdes/ALE e o Grupo ECR** (European Conservatives and Reformist) estiveram divididos: tal como anunciado, uma curta maioria dos Verdes/ALE votou a favor do novo Colégio, sendo a maior parte do apoio proveniente das delegações alemã, neerlandesa e dinamarquesa; no Grupo ECR, as delegações italiana, belga, letã e checa deram o seu apoio.

1

¹ Mais detalhes sobre o <u>processo de investidura da Comissão de 2024</u> na nota informativa do Serviço de Estudos do Parlamento.

Os Patriotas pela Europa (PfE), Europa das Nações Soberana (ESN) e A Esquerda uniram-se na oposição ao novo Colégio; em grande medida, este foi também o caso dos deputados não inscritos.

Debate com os Deputados

Antes da votação, <u>Ursula von der Leyen apresentou a sua equipa e programa</u>, afirmando que «*Estamos prontos para começar a trabalhar imediatamente*», sublinhando que a sua Comissão lutará sempre pela liberdade, soberania, segurança e prosperidade. O discurso integral da Presidente da Comissão está disponível <u>aqui</u>.

Ursula von der Leyen anunciou que a primeira iniciativa da Comissão será uma **bússola para a competitividade**, para colmatar o défice de inovação da Europa em relação aos EUA e à China, aumentar a segurança e a independência e concretizar a descarbonização. No que respeita ao Pacto Ecológico Europeu, comprometeu-se com a manutenção do rumo para alcançar os objetivos. Ursula von der Leyen comprometeu-se a apresentar um **plano industrial ecológico**, a lançar um diálogo estratégico sobre o futuro da indústria automóvel europeia, a continuar a trabalhar para uma economia circular competitiva e a trabalhar no sentido de uma União Europeia da Poupança e do Investimento.

Sobre as guerras em curso na Ucrânia, no Médio Oriente e em partes de África, Ursula von der Leyen afirmou que «a Europa deve desempenhar um papel mais forte em todos estes domínios», salientando que é «mais necessária do que nunca». O reforço da segurança é crucial, afirmou, apelando à Europa para que gaste mais na defesa. «A segurança da Europa será sempre a prioridade desta Comissão», acrescentou.

Deu, ainda, nota de que algumas pastas foram ajustadas para satisfazer os pedidos dos Deputados durante as audições, como as de O. Várhelyi (com competências em matéria de saúde e direitos sexuais e reprodutivos e preparação para crises sanitárias transferidas para Hadja Lahbib), R. Mînzatu (que inclui agora uma referência aos direitos sociais e empregos de qualidade) e M. McGrath (com o aditamento da proteção dos consumidores). Além disso, reforçou que pela primeira vez, este Colégio incluirá comissários para a habitação (Mînzatu), a defesa (A. Kubilius), o Mediterrâneo (D. Šuica) e as empresas em fase de arranque, a investigação e a inovação (E. Zaharieva).

De forma mais detalhada, o discurso enfatizou a continuidade e inovação nas políticas da Comissão para garantir prosperidade, segurança e sustentabilidade. Como referido, a primeira grande iniciativa da nova Comissão será uma **Bússola para a Competitividade**, e as orientações basear-se-ão nos três pilares do relatório Draghi, que concretizamos de seguida:

Pilar 1: Reduzir o fosso em termos de inovação - a necessidade de transformar a capacidade de inovação europeia em impacto económico concreto, com foco em:

1. Transformar Inovações em Realidade Comercial:

- Apesar de a UE estar ao nível dos EUA e da China em número de pedidos de patentes, apenas um terço dessas inovações é comercializado. Este atraso impede o crescimento de startups e scale-ups europeias.
- A criação de um mercado único mais eficiente é crucial para startups, eliminando as barreiras existentes nos 27 Estados-Membros.

2. Foco em Startups e Soberania Tecnológica:

- A nomeação da primeira Comissária para Startups, Investigação e Inovação (Ekaterina Zaharieva) visa assegurar que as pequenas empresas e startups podem prosperar dentro da Europa.
- A promoção de tecnologias digitais de fronteira, liderada por Henna Virkkunen como Vice-Presidente Executiva, reforçará a soberania tecnológica e competitividade global da UE.

3. Investimento e Ciência:

 Colocação de ciência e tecnologia no centro das prioridades económicas, com investimentos direcionados para áreas críticas, como inteligência artificial e tecnologias verdes.

Pilar 2: Plano Conjunto de Descarbonização e Competitividade: reafirmar o compromisso da UE com o Pacto Ecológico Europeu e a transição para uma economia sustentável, propondo:

1. Plano industrial ecológico:

- Anúncio de um pacote de medidas nos primeiros 100 dias do mandato, abrangendo indústrias e PME para garantir uma transição justa e competitiva.
- A coordenação será liderada por uma equipa de alto nível, incluindo Teresa Ribera Rodríguez (Transição Limpa e Competitiva), Stéphane Séjourné (Indústria e Mercado Interno) e Wopke Hoekstra (Crescimento Limpo).

2. Energia e Preços Justos:

- O Redução do custo da energia para famílias e empresas como prioridade estratégica.
- o Investimento em fontes de energia renováveis para substituir as importações de GNL russo.

3. Indústrias Específicas e o Futuro da Mobilidade:

- Planeamento estratégico para o futuro da indústria automóvel europeia, através de um diálogo liderado diretamente pela Presidente von der Leyen.
- Envolvimento de todas as partes interessadas para soluções colaborativas numa transição disruptiva.

Pilar 3: Reforço da Segurança Económica e reduzir as dependências: concentrado em mitigar vulnerabilidades da UE, diversificando fornecedores e fortalecendo cadeias de valor:

1. Redução de Dependências Estratégicas:

- O consumo de matérias-primas críticas triplicará nos próximos anos devido à transição verde.
 A diversificação de fornecedores é uma prioridade.
- Criação de novas parcerias comerciais e de investimento, lideradas por Maroš Šefčovič, e fortalecimento da resiliência económica através de uma economia circular.

2. Preparação e Resiliência:

- O Aplicação do relatório de Sauli Niinistö sobre preparação para crises, que inclui uma abordagem integrada a nível governamental e social.
- Desenvolvimento do Ato de Medicamentos Críticos e fortalecimento de biotecnologias pela HERA (Autoridade de Resposta a Emergências Sanitárias).

3. Defesa e Segurança Comum:

- Aumentar o investimento em defesa europeia, atualmente muito abaixo de outros atores globais.
- O Desenvolvimento de um mercado único para a defesa e implementação de um "Livro Branco para o Futuro da Defesa Europeia" nos primeiros 100 dias.

A estratégia delineada pela Comissão visa:

- Tornar a UE líder em inovação e tecnologia, fechando lacunas em relação aos concorrentes globais.
- Garantir que a transição verde seja uma alavanca para a competitividade, e não um peso para as empresas e cidadãos.

 Construir uma economia mais resiliente e soberana, capaz de responder a crises globais e às mudanças rápidas do ambiente geopolítico.

No debate que se seguiu, a Presidente Metsola deu início à sessão, chamando a atenção para o compromisso assumido nas orientações políticas da próxima Comissão de rever rapidamente o Acordo-Quadro entre a Comissão e o Parlamento Europeu (PE). Sublinhou que ela própria e a presidente Ursula von der Leyen já tinham chegado a acordo sobre os princípios políticos da revisão e esperavam realizar progressos rápidos nos debates em curso, conforme demos nota na Síntese n.º 221.

Nas subsequentes intervenções dos líderes dos grupos políticos e de outros Deputados, destacamos:

- Em nome do PPE, Manfred WEBER (DE) salientou o poder do PE e a legitimidade do processo de audições. Congratulou-se com as escolhas da presidente Ursula von der Leyen no sentido de uma Comissão equilibrada, tanto a nível geográfico como político, com base nas prioridades certas, e instou ao início dos trabalhos em breve. Manifestou igualmente abertura para trabalhar com o Grupo S&D, o Grupo Renew, os Verdes e o Grupo ECR, e afirmou que a AfD, Le Pen e Orbán eram «inimigos» do PPE. A maioria dos outros membros do PPE reiterou o seu apoio à presidente Ursula von der Leyen, tendo alguns, no entanto, criticado as nomeações de Ribera (MONTSERRAT, ES) e Kos (TOMC, SI).
- Em nome do Grupo S&D, Iratxe GARCÍA PÉREZ (ES) garantiu que o apoio do seu grupo à presidente Ursula von der Leyen não seria um cheque em branco e espera que reafirme as forças pró-UE e não coopere com aqueles que negam as alterações climáticas e ameaçam a igualdade e os direitos sociais. Outros membros do Grupo S&D manifestaram o seu apoio, apesar de algumas escolhas lamentáveis em matéria de pastas e títulos (TEMIDO, PT); vários, entre os quais REPASI (DE), GLUCKSMANN (FR) e FRITZON (SE), manifestaram a sua deceção com a perceção de abertura à extrema-direita, o que, na sua opinião, prejudicou a maioria pró-europeia.
- **Em nome do grupo PfE**, Jordan BARDELLA (FR) criticou o Colégio «desconhecido e não eleito», chamando a atenção para os seus fracassos passados e o seu espírito «esquerdista» oculto, e concluindo que o PfE votaria por unanimidade contra a nova Comissão.
- **Em nome do Grupo ECR**, Nicola PROCACCINI (IT) observou que não havia nenhum pacto de maioria, alegando que estas mudariam com base no conteúdo. Louvou a presidente Ursula von der Leyen por ter resistido à pressão contra a nomeação de Fitto como vice-presidente executivo e concluiu que as delegações nacionais do Grupo ECR decidiriam individualmente se apoiavam ou não a nova Comissão, com base nos interesses nacionais.
- **Em nome do Grupo Renew**, Valerie HAYER (FR) sublinhou que a única maioria real e viável no PE continua a ser a centrista e pró-europeia, e congratulou-se com a supressão dos direitos reprodutivos e sexuais da pasta de Várhelyi.
- **Em nome dos Verdes/ALE**, Terry REINTKE (DE) denunciou que o processo de audições se referia a jogos de poder político e não a qualificações, e apelou ao PPE por apoiar o candidato de extrema-direita Fitto. Concluiu que, no final, uma pequena maioria no seu grupo apoiaria a nova Comissão, após difíceis debates.
- Em nome d'A Esquerda, Manon AUBRY (FR) considerou a inclusão de um comissário de extrema-direita um *«escândalo democrático»* que pôs termo ao cordão sanitário e anunciou que este Grupo votaria por unanimidade contra o novo Colégio.
- Em nome da ESN, Sarah KNAFO (FR) chamou a presidente Ursula von der Leyen de «asfixiante e perigosa», alertando para o facto de o seu grupo, votando contra o novo Colégio, acompanhar de perto o seu trabalho e assegurar a sua derrota nos próximos cinco anos.

Após a votação no PE, o Conselho Europeu procedeu formalmente à nomeação, através de uma decisão tomada por maioria qualificada reforçada e por procedimento escrito, de modo a permitir que a nova Comissão tome posse a 1 de dezembro (decisão <u>aqui</u>). O *Politico* apresenta a Comissão completa, neste <u>trabalho</u>.

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE - OUTROS DEBATES²

Além da votação sobre o colégio de Comissários, tiveram lugar os seguintes debates na sessão plenária do PE:

Apoio militar à Ucrânia perante participação da China e da Coreia do Norte

O PE adotou uma <u>resolução que apela à comunidade internacional para responder rapidamente à escalada da guerra da Rússia contra a Ucrânia</u>. A resolução, aprovada com **390 votos a favor, 135 contra e 52 abstenções**, condena o uso de tropas norte-coreanas e o teste de mísseis balísticos por parte da Rússia. Os eurodeputados sublinham que esta escalada representa um novo risco para a segurança europeia e pedem esforços da UE e dos seus parceiros para apoiar a Ucrânia e avançar na implementação da Fórmula Ucraniana para a Paz. A criação de condições para uma segunda cimeira pela paz, com envolvimento de países do hemisfério sul, também é destacada como prioritária.

Os Deputados denunciam o apoio militar de países como o Irão, Bielorrússia e Coreia do Norte à Rússia, apelando ao reforço das sanções europeias contra estes Estados e contra setores estratégicos da economia russa. O Parlamento argumenta que essas ações violam a ordem internacional baseada em regras, sublinhando a necessidade de medidas decisivas contra as ameaças à estabilidade global causadas pelo apoio desses países à agressão russa. A resolução reforça o apelo para que os Estados-Membros da UE aumentem o apoio militar à Ucrânia, fornecendo equipamentos como mísseis de longo alcance, sistemas avançados de defesa aérea e munições, além de formação militar. É destacado um compromisso conjunto de dedicar 0,25% do PIB anual de cada país da UE para apoio militar. O Parlamento elogia ainda a decisão do presidente dos EUA, Joe Biden, de autorizar a utilização de sistemas avançados de foguetes pela Ucrânia contra alvos militares no território russo e incentiva a UE a seguir essa política. Este compromisso é apresentado como estratégico para a defesa conjunta e a estabilidade euro-atlântica.

PE pede a repetição de eleições legislativas na Geórgia

O Parlamento Europeu <u>rejeitou os resultados das eleições legislativas de 26 de outubro na Geórgia</u>, alegando irregularidades significativas que comprometeram a legitimidade do processo. A resolução, aprovada com 444 votos a favor, 72 contra e 82 abstenções, destaca a falta de liberdade e justiça nas eleições, atribuindo o retrocesso democrático ao partido no poder, Sonho Georgiano. Entre as violações apontadas estão a intimidação de eleitores, manipulação de votos, interferência nas atividades dos observadores eleitorais e suposta adulteração com máquinas de votação. O Parlamento apela à repetição do escrutínio no prazo de um ano, sob supervisão internacional e administração independente.

A resolução também solicita que a UE e os seus Estados-Membros imponham sanções pessoais contra líderes políticos e altos funcionários da Geórgia, considerados responsáveis pelo retrocesso democrático e pela manipulação eleitoral. Entre os mencionados estão o primeiro-ministro Irakli Kobakhidze e o oligarca Bidzina Ivanishvili. Os eurodeputados recomendam ainda a limitação dos contactos formais com o Governo e o Parlamento georgianos, enfatizando que a recente legislação antidemocrática aprovada no país já resultou na suspensão do seu processo de integração na UE. O Parlamento expressou igualmente preocupação com a influência da Rússia nos processos democráticos da Geórgia, através de desinformação e práticas intimidatórias, como a compra de votos. Os Deputados alertaram que as políticas do Sonho Georgiano são incompatíveis com a integração euro-atlântica e que tentativas de restringir partidos políticos legalmente estabelecidos afastam

² Fonte: Serviço de imprensa do PE.

ainda mais o país da União Europeia. Em resposta, o primeiro-ministro da Geórgia, Irakli Kobakhidze, anunciou que a abertura de negociações de adesão com a UE seria retirada da agenda da Geórgia e que o país recusaria subvenções orçamentais da UE até ao final de 2028, «quando a Geórgia estiver devidamente preparada do ponto de vista económico para encetar negociações para se tornar membro em 2030» (notícia aqui).

Orçamento da UE para 2025

O PE aprovou o <u>orçamento da União Europeia para 2025</u> com 418 votos a favor, 185 contra e 67 abstenções. Este é o primeiro orçamento anual após a revisão do Quadro Financeiro Plurianual, e visa enfrentar desafios urgentes como o apoio à Ucrânia, a gestão das pressões migratórias e a resposta a crises globais, como o Médio Oriente e catástrofes naturais. Negociações intensas garantiram 230,7 milhões de euros adicionais para programas essenciais, além de aumentos substanciais para iniciativas como Erasmus+ (422 milhões de euros) e Horizonte Europa. Com um montante total de quase 200 mil milhões de euros, 6% superior ao orçamento de 2024, o foco principal é proteger os programas prioritários, enquanto cobre os custos de reembolso do Next Generation EU, quase o dobro do previsto inicialmente para 2025.

3. DEFESA - REUNIÃO INFORMAL (DE, FR, PL, IT E UK)

Demos nota, na Síntese anterior, de que os ministros da Defesa aprovaram, em 19 de novembro de 2024, o relatório da Análise Anual Coordenada da Defesa (CARD) de 2024 - o "Estado da União" da UE.

Esta semana, num desenvolvimento que importa registar, os Ministros da Defesa dos cinco países europeus da NATO que mais investem em Defesa (Alemanha, França, Polónia, Itália e Reino Unido) reuniram-se em Berlim para debater a forma de reforçar a indústria de defesa interna do continente e manter o apoio à Ucrânia. O ministro da Defesa alemão, Boris Pistorius, afirmou que colmatar as lacunas nas capacidades de defesa da Europa era ainda mais importante do que garantir mais dinheiro: «Independentemente de gastarmos 2%, 2,5% ou 3% [do PIB] na defesa no futuro, temos de colmatar as lacunas de capacidade», afirmou Pistorius, referindo-se a armas como mísseis de longo alcance e sistemas terrestres de longo alcance. «Esta é a prioridade.. Temos de desenvolver, produzir e adquirir mais sistemas de armas em conjunto. Chegámos hoje a acordo sobre esta questão.»

Embora a França tenha sido durante anos notoriamente protetora da sua própria indústria de armamento, o ministro da Defesa do país, Sébastien Lecornu, elogiou Londres ao afirmar que o Reino Unido deveria desempenhar um papel na contribuição para o Livro Branco da Comissão Europeia sobre a política industrial para o setor da defesa, previsto para os próximos meses. O Financial Times havia noticiado recentemente (aqui) que a França Paris tinha deixado de se opor a que empresas de países terceiros acedam a incentivos financeiros financiados pela UE para contratos públicos no setor da defesa, tendo Lecornu afirmado: «Nenhum conceito de segurança pode ser desenvolvido sem uma parceria e uma cooperação estreita e confiante com a Grã-Bretanha.»

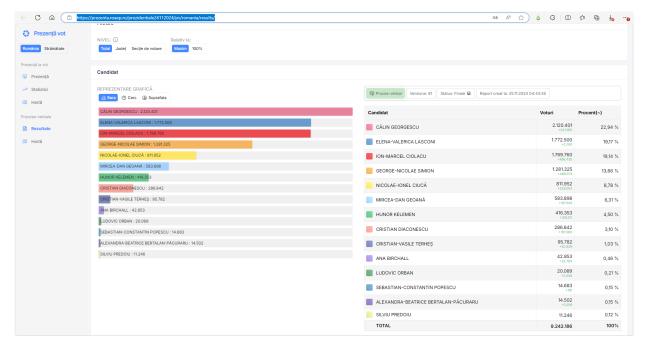
O ministro da Defesa do Reino Unido, John Healey, afirmou, após a reunião, que a necessidade de uma maior autossuficiência europeia estava a «concentrar as mentes», referindo que «Existe uma verdadeira vontade e determinação para reforçar a nossa capacidade de coordenação enquanto indústria europeia da defesa, não no âmbito das instituições da União Europeia, mas na Europa [enquanto continente].»

Damos, ainda, nota de um livro intitulado *The Retreat From Strategy*, da autoria do General Lord David Richards, antigo chefe das forças armadas britânicas, e de Julian Lindley-French, professor na Academia de Defesa dos Países Baixos, que identifica um cenário possível que evidencia as ameaças à segurança da Europa e a forma como podem evoluir se não forem abordadas. O *Financial Times* apresenta uma breve sinopse deste cenário, que enunciamos de seguida (aqui, para assinantes):

"Imaginemos que estamos em 2030. A Rússia e a China estão a realizar os seus primeiros grandes exercícios militares no Ártico. Denominado Vostok 2030, o exercício conjunto envolve milhares de tropas, tanques, aviões e a maior parte das frotas russas e chinesas do norte. É apenas a mais recente manifestação da "parceria histórica" entre Moscovo e Pequim. Ao longo dos últimos cinco anos, a Rússia e a China aumentaram constantemente a sua presença militar e económica no Ártico. O "cessar-fogo" de 2025 na guerra russo-ucraniana permitiu a Moscovo reconstituir as suas forças armadas. Pequim também passou a ver a NATO como um tigre de papel, depois de o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ter acelerado a mudança de foco de Washington, afastando-a da Europa e aproximando-a da China. De repente, a Rússia anuncia que alargou o seu controlo sobre a plataforma continental do Ártico. A China diz que reconhece a reivindicação. A Rússia, por sua vez, declara que a "reivindicação histórica" da China sobre o Mar do Sul da China também é legítima. Pouco tempo depois, as forças sino-russas invadem o arquipélago norueguês de Svalbard, um grupo estratégico de ilhas que controla o acesso ao extremo norte. As forças da NATO mobilizam-se, mas não dispõem do peso e do poder logístico das forças armadas americanas para as reconquistar. Os aliados europeus da NATO enfrentam agora um terrível dilema estratégico: ceder o controlo de Svalbard ou invocar a força total do seu tratado de defesa mútua e lançar um ataque nuclear de retaliação. Em Londres e Paris, o primeiro-ministro britânico e o presidente francês, que controlam os dois arsenais nucleares europeus, enfrentam uma decisão terrível."

4. ROMÉNIA - ELEIÇÕES

No passado domingo, realizou-se a **primeira volta das eleições presidenciais na Roménia**, tendo os resultados publicados (disponíveis <u>aqui</u>) indicado uma votação de 22,94% para **Călin Georgescu**, <u>considerado</u> o candidato ultranacionalista e com cerca de 3,8 milhões de seguidores no TikTok, seguido pela candidata **liberal Elena Lasconi** em 19,17% em segundo lugar, e o **primeiro-ministro de centro-esquerda Marcel Ciolacu** em 19,14%. Este último anunciou a sua demissão na segunda-feira à tarde, após se ter tornado o primeiro candidato social-democrata a não conseguir passar à segunda volta das eleições presidenciais da Roménia desde 1989.



Durante a semana, as autoridades romenas informaram a Comissão Europeia de que o TikTok "não agiu rapidamente" aos pedidos para garantir que a eleição decorreria dentro do quadro legal estabelecido pelo **Regulamento sobre os Serviços Digitais - DSA** (comunicado de imprensa do regulador romeno aqui). As

autoridades assinalaram «várias irregularidades relacionadas com os conteúdos distribuídos ilegalmente» ao TikTok e solicitaram à plataforma que tomasse medidas para garantir que as eleições se realizassem «sob condições legais», mas a plataforma não respondeu adequadamente. Recorde-se que a Comissão Europeia supervisiona o cumprimento, por parte do TikTok, do novo conjunto de regras do DSA, que estabelece as regras para a moderação de conteúdos por parte das grandes plataformas em linha, nomeadamente em campanhas políticas. Por seu lado, o Conselho Superior de Defesa da Roménia (que integra o Presidente, o Primeiro-Ministro, o Ministro da Defesa e os responsáveis pelos serviços de informação) afirmaram ter descoberto ciberataques destinados a influenciar a imparcialidade da primeira volta das eleições presidenciais de domingo (notícia aqui). Num comunicado, referem que "A Roménia, juntamente com outros países do flanco oriental da NATO, tornou-se uma prioridade para as acções hostis de alguns intervenientes estatais e não estatais, em especial da Federação Russa, que tem um interesse crescente em influenciar a agenda pública e a coesão social da sociedade romena".

Finalmente, o Tribunal Constitucional (TC) da Roménia solicitou na quinta-feira à autoridade eleitoral máxima do país para recontar e verificar novamente todos os boletins de voto da primeira volta das eleições presidenciais de domingo. A autoridade eleitoral reunir-se-á ainda esta semana para decidir os próximos passos. O TC decidiu também adiar para sexta-feira uma decisão final sobre a certificação ou anulação da primeira volta das eleições presidenciais. Recorde-se que a Roménia tem eleições legislativas no próximo domingo e a segunda volta das presidenciais está agendada para dia 8 (detalhe completo da Reuters aqui).

5. ACORDO UE-MERCOSUL

Os principais negociadores da União Europeia e dos países do Mercosul reúnem-se em Brasília para uma semana de negociações de última hora sobre o acordo comercial da UE com o Mercosul, antes da <u>cimeira do Mercosul</u>, a realizar em Montevideo, Uruguai, nos dias 5 e 6 de dezembro, e que poderá ser o momento para a UE e o Mercosul anunciarem a conclusão das suas negociações.

Esta quarta-feira, a Assembleia nacional francesa debateu o tema e aprovou uma resolução (detalhe aqui) a favor de uma declaração governamental que condena como "inaceitável" este acordo comercial. A resolução foi aprovada por 484 dos 577 deputados (notícia do Le Monde aqui). Além da França, também a Áustria, a Irlanda e os Países Baixos se opõem ao acordo, a que se juntou esta semana a Polónia. Alegando "preocupação" com os agricultores e a segurança alimentar do seu país, o primeiro-ministro polaco, Donald Tusk, afirmou na terça-feira que o seu governo "não aceitará" o futuro acordo de comércio livre entre a União Europeia e o bloco Mercosul na sua forma atual (notícia aqui). Ainda assim, estes países ainda não atingiram os 35% de minoria qualificada da população da UE necessários para rejeitar o acordo.

5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho de Educação e Juventude

Na reunião, realizada em Bruxelas a 25 de novembro de 2024, os ministros da Educação e da Juventude adotaram uma recomendação destinada a tornar as carreiras no ensino superior mais atrativas e sustentáveis. Esta iniciativa visa enfrentar os desafios de recrutamento e retenção de profissionais qualificados no setor, promovendo condições de trabalho mais favoráveis e oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo. Além disso, foram aprovadas conclusões sobre a criação de oportunidades "glocais" para os jovens que residem em áreas rurais e remotas, com o objetivo de melhorar o acesso a recursos educacionais e oportunidades

de emprego nestas regiões. Durante a sessão, os ministros também debateram os resultados do 10.º Ciclo do Diálogo da UE com a Juventude.

Conselho de Competitividade

Na reunião, realizada a 28 de novembro de 2024, os ministros aprovaram conclusões sobre o futuro da competitividade europeia, em resposta ao relatório "EU competitiveness: Looking ahead" elaborado por Mario Draghi. Além disso, os ministros participaram num debate intitulado "Legislar melhor na Europa", focado em aprimorar a qualidade e eficácia da legislação europeia. A discussão centrou-se em métodos para simplificar processos legislativos, reduzir a burocracia e garantir que as leis da UE sejam claras, eficientes e favoráveis ao crescimento económico sustentável.

Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão)

Na reunião do Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão) de 28 de novembro de 2024, os ministros debateram estratégias para reforçar os principais trunfos da política de coesão e melhorar a gestão partilhada dos fundos de coesão. Além disso, o Conselho aprovou conclusões sobre o papel da política de coesão na resposta aos desafios demográficos na UE.

6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

Início de funções do novo Presidente desta instituição, António Costa. Cerimónia aqui.

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das Comissões Parlamentares do PE.

Comissão Europeia

Ainda não está disponível a calendarização das próximas reuniões.

Conselho da União Europeia

O <u>calendário</u> completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 2 e 3 de dezembro: <u>Conselho</u> (<u>Emprego</u>, <u>Política Social</u>, <u>Saúde e Consumidores</u>) sobre <u>Emprego e Política Social</u> e sobre <u>Saúde</u>; 5 e 6 de dezembro: <u>Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Transportes</u> e sobre <u>Telecomunicações</u>.

Cooperação interparlamentar

Terá lugar a 5.ª reunião interparlamentar de avaliação das atividades da EUROJUST, a 2 de dezembro, no PE, sendo a delegação da Assembleia da República composta pelas *Sras. Deputadas Andreia Neto e Eva Brás Pinho* (PSD), pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e *Ana Sofia Antunes* (PS), Comissão de Assuntos Europeus, e pelo *Deputado Pedro Vaz (PS)*, da mesma Comissão.

No dia 5 de dezembro, terá lugar uma <u>reunião interparlamentar sobre justiça eletrónica: ensinamentos das perspetivas nacionais</u>, com a presença dos *Senhores Deputados Pedro Vaz e João Paulo Graça (CH)*, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Bruxelas | 29 de novembro de 2024

Para mais informações: <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.